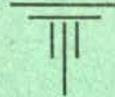


20 de Fevereiro de 1914

N.º 2—60 réis



AQUI D'EL-REI!...

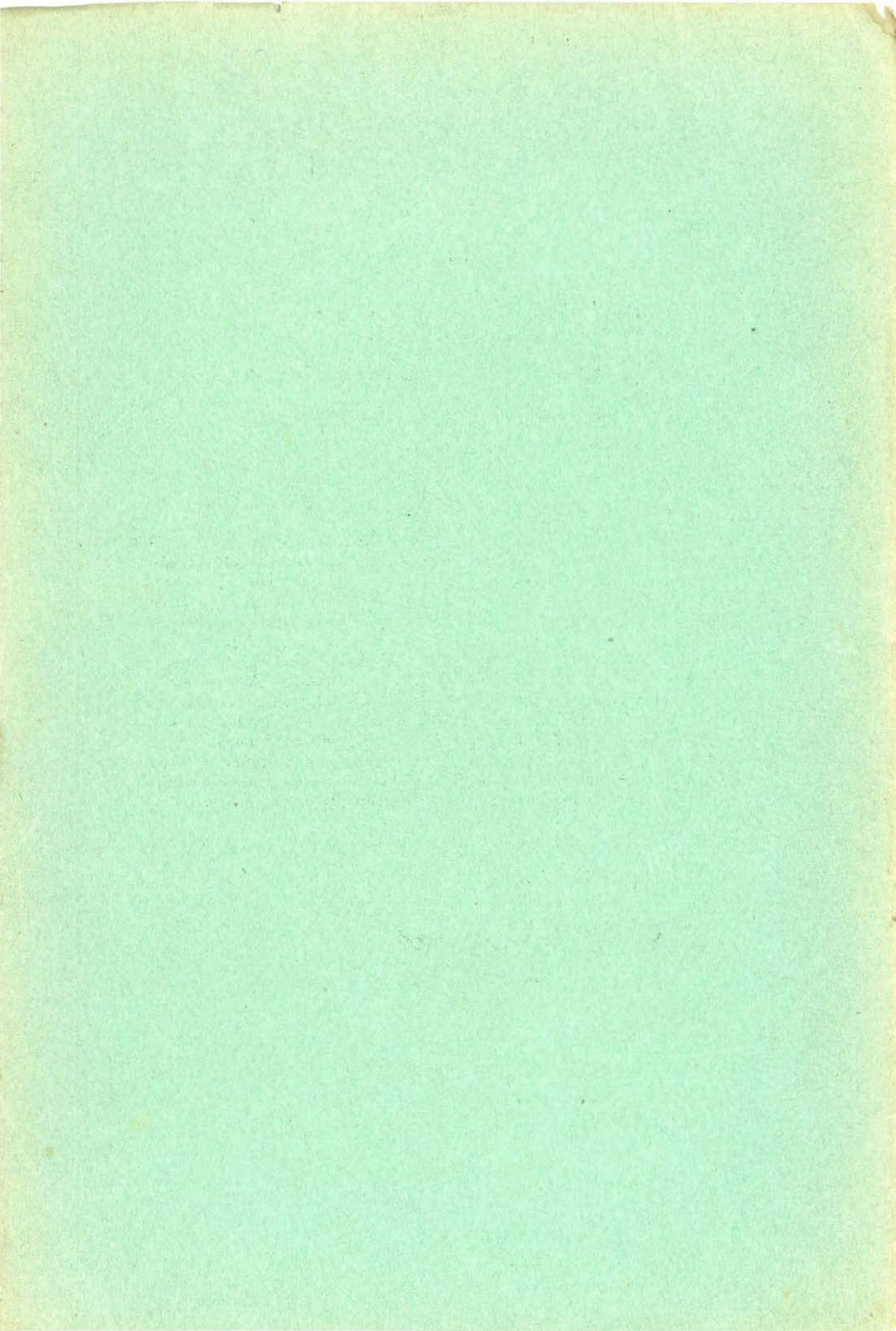
SUMMARIO:

Um inquérito. Monarquia ou Republica!.... — Resposta do Sr. Dr. Hipolito Raposo. — Uma sintese. — Duas palavras ao compassivo. — Quem são os atrasados e os reacionarios. — De 1789 a 1914. — Nada de paixões. — A volta do Senhor Patriarca. — O Te-Deum e o Parce Domine. — O art.º 94 da Lei da Separação. — Os catolicos esperam e a Santa Sé espera. — Democracia e Catholicismo. — Liberdade de ensino e de congregação. — Palavras de Michelet, de Edgar Quinet e de Jaures. — Nomes que rimam e ideias que rimam. — Porque esperam os catolicos? — D. Miguel chegou á barra. — O Sr. Dr. Bernardino Machado. — Uma frase de D. Miguel Unamuno. — O governo. — A Balada da Morte. — A imprensa. — Três perguntas inocentes. — A amnistia. — Recorda-se o regicidio. — A lição da experiencia. — Uma observação de Edmond About. — Visita ao Paço de Cintra. — O sonho de Africa. — Um inquilino aceiado. — A Republica muda-se...

AUTOR, EDITOR E PROPRIETARIO

João de Amaral

***** DEPOSITARIOS *****
** ALMEIDA & MIRANDA **
***** COMP. E IMP. *****
Rua dos Poyaes de S. Bento, 135
***** LISBOA *****



9 de Fevereiro

No meio da barulheira infernal e do pó de imbecilidade que se levantou nos arraiaes políticos, não ha maneira da gente saber o que pensam de *tudo isto* aquelas pessoas de bem ou aqueles homens de ideias que a crise nacional deve ter interessado, no silencio dos seus gabinetes, quando não fosse por amor da Terra, pelo menos por despôrto intelectual.

A' maneira do que lá fóra se tem feito muitas vezes, resolvi-me, pois, a abrir um inquérito a que responderão, em cartas ou em palestras, alguns dos espiritos esclarecidos que conheço como taes e que julgo não terem responsabilidades diréttas no mau bocado que atravessamos.

Os leitores terão já n'este numero a resposta do Sr. Dr. Hipólito Raposo, escritor e professor ilustre. Ele sintetisou, em vinte minutos de palestra, a doutrina que será defendida nas páginas d'este pamphleto. Não a foi buscar e aprender nos livros da *Action Française*, nem deve nada, como eu, á catequése dos que vulgarisam, em portuguez, a matéria d'esses livros, para ser hoje um monarquico anti-liberalista.

Quanto a mim, devo dizer que muito concorreu a sua convivencia de todos os dias para que eu abandonasse a ideologia republicana. Em 1910, pelo menos, quando eu era ainda um feroz republicano, vagamente tradicionalista, já ele falava dos direitos do homem e dos três dogmas demccraticos com o mesmo impiedoso desdem. E isso claramente se apercebe em presença dos seus escritos, artigos, contos ou trabalhos de evocação historica.

O INQUÉRITO

I—Em que razões de ordem sociologica, histórica ou política, assenta a preferencia de V. Ex.^a pela Monarquia ou pela Republica, como formas de Governo?

II—Qual dos sistemas lhe oferece melhor garantia de solução para a crise actual da Nação portuguesa?

Porquê?

III—A questão politica deve reduzir-se sempre a uma questão moral? Será indifferente para as nações que os Estados adoptem qualquer forma politica, logo que seja honestamente servida?

Resposta do sr. Dr. Hipolito Raposo

— Para responder só á sua primeira pergunta, ainda me parece pouco um tratado com que aliás nem todos ficariam contentes, nem convencidos. Mas se numa palestra ligeira, lhe quizer *enunciar* apenas o que penso dos assuntos do seu inquerito, parece-me que poderei consegui-lo facilmente num quarto d' hora.

A teoria politica dos regimens representativos, desde a Revolução Francesa, assenta nesta ficção offensiva do bom-senso: a delegação da soberania, popular ou nacional, por meio do sufragio.

Conhece V. os sofismas com que os tratadistss de Direito Politico ainda hoje defendem nas escolas, as ultimas consequencias do velho *Contrato Social*...

Para sustentar uma mentira, sete mentiras se inventam, o que não impede que a construção intelectual abra falencia completa, ao mais bem intencionado raciocinio.

Nem a soberania, como character da personalidade, pode ser dada

de empréstimo, a prazo, para que outrem use ou abuse dela, nem a vontade nacional pode conter-se em centenas de urnas, como se reúnem, em meia duzia de cabazes, as peras de uma pereira.

Vão longe os tempos dessa retorica estrondosa de que até o povo inculto já descrê intimamente.

Quando mesmo o voto fosse tantas vezes um acto livre, espontaneo, quantas é um movimento de impulso, de coacção ou de sugestão alheia, ainda assim, raro seria legitimo, porque quasi sempre era inconsciente.

Eu por exemplo que até me julgo merecidamente aprovado na cadeira de Finanças, se se tratasse agora de escolher, por um plebiscito, o nome do nosso mais competente financeiro, confesso-lhe que afirmava a minha honestidade pela abstenção.

O dogma politico do direito divino dos reis (ou dos povos, na transigencia democratica), encontrou um sucedaneo absurdo no dogma da soberania nacional ou popular. Tendo em sciencia politica o mesmo valor, socialmente todas as vantagens pertencem ao primeiro que era um principio coodernador, uma ideia-força de disciplina.

— Nesse caso, V. nega a legitimidade do principio representativo em absoluto?

— Admitindo o Estado, a ordem social, a correlação dos interesses, tenho de aceitar o principio da representação, em condições que dele se aproveite exclusivamente o que ele tem de bom, quero dizer, de presumivelmente verdadeiro, sem o character de soberania.

Em resumo: admito a representação dos interesses e das classes, representação sem character politico.

E isto porque, como disse um filosofo, o egoismo é a base da sociedade.

A eleição, restas condições, entre individuos directamente *interessados* da mesma classe, era uma simples consagração de competencias já reveladas, a expressão concreta de uma selecção.

Quando a Democracia proclama a universalidade do sufrágio, defendo eu a sua restrição e especialização.

No sistema actual, o seu voto, o meu, o voto mais deliberado e consciente, são inutilizados pelo do primeiro cidadão iletrado que pode vender-se por cinco mil réis ou deixar-se conduzir pelo canto de qualquer orfeu da Política. Isto é o que nos diz a pratica de cem anos, nos mais ricos e democraticos países do mundo.

Sou, por isso, francamente anti-parlamentar e anti-liberalista, até pela razão de que as melhores medidas legislativas de todos os parlamentos do mundo são de iniciativa dos governos e a discussão por semanas e meses, não faz senão tornar bastante mau o que era quasi optimo.

Depois do que fica dito, desnecessario se torna afirmar-lhe que sou monarchico por convicção intellectual e não por oportunismo historico, por saudade ou gratidão e que, para o ser, não peço licença á sciencia politica em que assenta a construção das democracias modernas.

O que vulgarmente se chama o *privilegio do nascimento*, considero eu um pesadissimo encargo que não invejo e uma garantia de disciplina e de paz social, pela continuidade do poder na mesma familia.

O motivo que mais republicanos tem feito, é a maior razão de ser da minha convicção monarchica.

Esses senhores que não admitem privilegios (nos outros, é claro) e combatem todos os preconceitos, são vitimas do maior deles — o da razão pura.

A forma monarchica, historicamente, é a mais geral, a mais estavel e a mais duradoira. As democracias antigas, depois de agitadas existencias, converteram-se em monarchias.

A razão da continuidade do poder é tão forte que se vai traduzindo no alongamento do periodo das funções presidenciais nos diversos estados.

A crise portuguesa não começou com o liberalismo, visto que ele já se propunha remediá-la. E' uma velha doença trazida das viagens da India e do Brasil com o oiro e a pimenta...

A *crise nacional* de que fala o seu inquerito é justamente a crise de não haver nação, em rigor.

Durante o seculo XV, até Dom João II, a nação definiu-se nos seus elementos, mas em breve se desvairou pelos motivos que conhece.

— E V. pensa que seja necessario reavivar esses elementos, desconhecidos ou mal aproveitados posteriormente, para uma remodelação da nossa vida politica social?

— Precisamente. Mas essa opinião não lha posso desenvolver aqui, porque seria indispensavel que o fizesse com largueza para ser compreendido. O que lhe posso dizer é que esse plano de estudos que oportunamente deverá ser conhecido, é a proposição de soluções integrais (não digo perfeitas) para o problema nacional na maior parte dos seus aspectos. Devo notar que nem eu nem aqueles espiritos que assim pensam, temos a pretensão messianista: afirmamos e defendemos a contribuição do nosso esforço intelectual que se alimenta, graças a Deus, de principios de sciencia politica um pouco posteriores a 89. Segundo esse plano, a Monarquia Portuguesa seria anti-parlamentar, anti-liberalista e descentralizada. A sua estrutura, em linhas gerais, seria a que V. já definiu no primeiro numero da sua revista.

Sendo um homem que se preocupa com os seus livros e por indole se reconhece impolitico, as afirmações que lhe faço são o depoimento de um espirito que sinceramente se interessa pela vida do seu pais e deseja concorrer para que ele atinja a consciencia que não tem.

Para não me deixar contagiar pela ignorancia geral em sciencia politica, estudei, desde Coimbra, os preceptores do Legitimismo em Portugal e com eles tive muito que aprender, quanto á natureza de algumas instituições e á teoria politica.

Lembro-lhe, entre outros, os nomes de Ribeiro Saraiva, Visconde de Santarem D. Francisco Alexandre Lobo, injustamente ignorados neste pais, eles que foram das mais brilhantes e cultas inteligencias do seu seculo.

Ensinados por eles, pe'os dados da experiencia, pela intuição maravilhosa dos autores dos foraes, pela verdade municipalista, pelas diferen-

ças regionais, pela historia e pela tradição, a Monarquia por nós preconizada supponho que escandalisa, ao primeiro aspecto, a maioria das pessoas de bem que se dizem monarchicos, sem talvez se lembrarem porquê. Mas enfim, não quero exceder o quarto d'hora em que prometeu ouvir-me...

A terceira pergunta é a velha questão *dos homens e dos principios*.

Sobre isso não tenho duvidas: basta lembrar-lhe que o constitucionalismo foi uma maquina de inutilizar competencias e caracteres. Podia citar-lhe nomes, se fôsse caso disso.

Que todos os principios bons ou maus lucram mais com servidores honestos do que com politicos corruptos — é um principio evidente.

Mas o que é certo é que ha principios que não podem deixar de atuar na moralidade dos homens. Estão neste caso os sistemas representativos como vulgarmente são comprehendidos e executados: a transigencia dos poderes centrais com as influencias locais, por causa das vitorias nas urnas.

A urna assemelha-se á boceta de Pandora: um cofre que encerra todo o bem antes de se abrir, e todo o mal quando se conhece o que lá dentro existe...

Não me deterei na analise da resposta do Sr. Dr. Hipólito Raposo. É uma sintese perfeita das ideias que este folheto se propõe vulgarisar. No decurso de meu inperito não faltarão argumentos jogados contra ela e portanto sobejar-me-ha o ensejo de discuti-la e de defendê-la.

Aproveito apenas este primeiro momento para desanuviar o espirito de certos leitores d'algumas duvidas que eles possuem sobre a sinceridade ou sobre a integridade mental dos «homens que, em pleno sec. XX, ousam afirmar-se anti-democratas e anti-liberalistas...»

Para esses, nós somos umas creaturas bizarras, anómalas; a nossa attitude faz-lhes subir aos olhos um véu de desgosto e de piedade; parece-lhes que dormimos no ledó engano d'uma abstracção filosofica, irrealisavel, e que fomos mordidos d'um pathos estranho que nos infantilisa, que nos traz muitos séculos recuados do século em que vivemos; para esses

a nossa mentalidade atravessa uma crise terrível, sofre um phenomeno de regressão e primitivismo inexplicaveis.

Pois bem! nós devolvemos a esses compassivos espectadores da nossa attude, a compaixão que parecemos merecer-lhes. Dest'arte começarei por torná-los scientes de que a comparação do método por que chegamos á conclusão anti-democratica e anti-republicana, com o método por que os mestres da Revolução chegaram ás suas conclusões, estabelece desde logo a nossa superioridade, o nosso avanço no campo das sciencias politicas; porquanto nós opômos ás ideologias de Rousseau e aos preconceitos da razão pura, o positivismo de Conte, o realismo e a observação. A base do edificio revolucionario é o «Contrato Social», uma abstração que todas as sciencias exatas desmentem; nós partimos do estudo das sciencias exatas para a ideologia; eles applicam uma fórmula; nós deduzimos a fórmula; e deste modo, elles inscrevem logo no começo da *Declaração dos Direitos do Homem*—«que todo o homem nasce livre»; e nós que sabemos, de sciencia certa, que nenhum organismo vem ao mundo liberto dos seus antecedentes naturaes e historicos, — sorrimos desdenhosamente. A' face da Sciencia, os atrazados são elles, portanto.

E, já aqui, esse leitores honestos abrem desmesuradamente os olhos, exclamando: —pois quê!? A Revolução, a Democracia, a Republica, os Direitos do Homem, a Liberdade, a Egualdade e a Fraternidade, não são a ultima palavra, a chave doirada do palacio encantado da Verdade, a suprema concepção do espirito humano?! — Não, leitores meus: Quem vos diz isso é o sr. Antonio Zé d'Almeida, é o sr. Affonso Costa, é o sr. Brito Camacho; mas esses senhores ou são burros, ou são ignorantes ou são velhacos.

Não, leitores meus; não somos nós quem está fóra do seu tempo, quem vive longe, por ignorancia ou por morbidez, d'este luminoso vigésimo século. As ideias que vós defendeis foram brilhantemente propagadas na segunda metade do sec. XVIII; as que eu professo, sendo ao mesmo tempo, muito mais antigas e muito mais modernas do que as vossas parece-me que trazem dentro de si a propria Eternidade. Vós

estaes ainda, intellectualmente, em 1789 e em 1793; eu tenho vindo, guiado pelos mais altos espiritos da Humanidade Contemporanea — José de Maistre, Bonald, Rivarol, Balzac, Courier, Sainte-Beuve, Taine, Renan, Fustel de Coulanges, Le Play, Proudhon, les Goncourt, Maurras, Bourget, Lemaitre, Henri Poincaré, Boutroux e Barrès, — até esta certeza, até esta consciencia da verdade monarchica que me tocou no anno da graça de 1914.

Poupae-nos, portanto, a vossa compaixão, ó democratas de bôrra!

Não vivemos saudosos do brial de Afonso Henriques nem do bastão de Limoges do Senhor Rei D. João V. Vestimos jaquetão, usamos chapéu-côco; ao bastão de Limoges preferimos um junquinho de malaca, democratico e nivelador...

12 de fevereiro

No dia 7 do corrente mez, após o longo exilio que lhe fôra imposto pelas justicas republicanas, Sua Eminencia o Patriarca de Lisboa voltou a esta cidade. Resolveram o clero e os catholicos celebrar o acontecimento com um festivo Te-Deum cantado na Sé Patriarcal; com efeito, n'esse domingo luminoso e claro, o templo coalhou-se de gente e uma manifestação de piedade e devoção se produziu como não fôra possivel realisar igual, nos ultimos annos da Monarquia, quando o catholicismo era a Religião do Estado portuguez. E á hora dolorosa e dominante do *Parce, Domine*, a ideia da Patria, em risco de perder-se, encheu a nave sacrosanta, poisou como uma aza ferida nas almas em prece e percorreu n'um calafrio os corpos nobres, a langue estatuarica das mais lindas mulheres de Lisboa.

Todavia, o Sr. Patriarca não assistiu ao Te-Deum. Inibiu-o d'esse espirital deleite o art. 94.º da Lei da Separação, raras vezes cumprido mas cuja applicação se julgou oportuna, no momento em que os catholicos ensaiavam um esboço de protesto contra as prepotencias da canalhocra-

cia dominante, manifestando o seu preito e a sua homenagem ao Prelado perseguido.

Pois sempre lhes digo que veiu na devida altura este coice do legalismo republicano. Porquanto me informam de que os catholicos aguardam a revisão da Lei da Separação para definirem a sua attitude perante o regimen; e de que a Santa Sé do mesmo modo aguarda esse facto para investir o Patriarca na summa dignidade de Cardeal, havendo quem me afirme que o sr. D. Antonio Mendes Bello o é já *in petto*.

Ora eu não comprehendo como possa haver duvidas sobre a attitude da consciencia catolica em frente d'um regimen democratico, ainda quando ele não fosse a Republica portugueza. Não ha paliativos nem unturas, nem boa-vontade que ducifiquem a irredutibilidade existente, de direito e de facto, entre estes dois principios: catholicismo e democracia. Nunca alcançarão entender-se; assim o governo ou o administrador do bairro intimam o reitor da Sé a opôr-se á entrada do Prelado no templo onde lhe cumpria officiar, porque nunca os executantes da Egdalidade democratica poderão comprehender e respeitar a organisação herarquica da Egreja.

Deixemo-nos de sofismas e sejamos claros:—A Revolução, o dogma democratico afirma que todo o homem nasce livre; a Religião repudia esse principio, proclamando a eterna e original subordinação da creatura ao Creador. A defeza do dogma revolucionario assenta portanto no combate sem treguas ao dogma religioso. Os catholicos querem a liberdade do ensino religioso; os democratas negam-lh'a; e ambos estão na logica das suas ideias que se combatem. Com effeito, a Egreja diz á creança:—eis aí a verdade revelada por Deus; a Revolução, por seu lado, contrapõe:—procura tu mesmo a verdade; e' d'est'arte, a Revolução que defende a plena liberdade individual, nunca pôde pactuar com a Egreja que sujeita essa liberdade aos dictames d'uma verdade religiosa anteriormente emanada de Deus.

Do mesmo modo que lhes negam a liberdade de ensino não lhes concedem o direito de associação. Porquê? Porque a associação religiosa

implica uma alienação da liberdade individual. Ora tendo a Revolução proclamado que todo o homem nasce livre, a Democracia nunca poderá consentir, em nome d'esse principio, que o individuo deixe de ser livre; e, d'esse modo, em nome da liberdade, eles negam ao catolico a liberdade do ensino e de congregação.

Partem d'um principio falso; mas, admitido ele, havemos de concordar que a sua lógica é de ferro, e tão de ferro que, quando se torna mister, a sua lógica fere e córta como um gume de guilhotina ou como as bayonetas da guarda...

Em Portugal, a irreductibilidade entre catolicos e democratas não degenerou ainda em conflito, simplesmente porque aqueles teem curvado a cerviz á lógica cortante d'estes, com grave prejuizo da causa cuja propaganda e defeza lhes foi imposta em nome de Deus. Em França, porém, os campos extremaram-se; os democratas já não iludem ninguem e pela bôca dos seus mais illustres representantes descobriram francamente o seu jogo. Assim, Michelet escreveu: — *«a vida do catholicismo é a morte da Republica, a vida da Republica é a morte do catholicismo.* Edgar Quinet limitou se a perguntar: — *«por acaso se póde chamar liberdade ao poder de destruir a liberdade?* E Jaurès declara apoiado por Clémenceau: — *«o que a democracia republicana e revolucionaria afirma é a liberdade completa do pensamento e da crença. E por haver instituições feridas pela Revolução franceza que estão em contradição absoluta com esse principio vital; e por haver instituições que não reconhecem, que não querem, que não podem reconhecer esse direito absoluto do individuo á liberdade; é por elas existirem que a Democracia, não podendo viver senão pelo ensino d'essa liberdade, tem o direito e o dever de lhes retirar a liberdade do ensino.*

Posta a questão n'estes precisos termos, tenho a honra de me despedir de V.^{as} Ex.^{as}, senhores catolicos de Portugal... E até breve!

13 de fevereiro

O Sr. Bernardino Machado, a alegria com que o receberam e a desilusão que a sua attitude produziu, lembram-me aquella quadra — «D. Miguel chegou á barra...» que eu não quero parafrasear aqui, receioso de magoar S. Ex.^a e a memoria da Senhora sua Mãe. .

O sr. Bernardino Machado, erguido momentaneamente em redemptor da Patria por efeito do acanalhamento sentimental e da baixeza intelectual a que descemos, — é o famoso autor das «Notas d'um Pae», hilariante estudo de psicologia infantil, que, a ser publicado n'um paiz de gente espirituosa, teria lançado o escriba prá notoriedade das revistas d'anno, e nunca, Deus do Céu! o guindaria á presidencia d'um governo.

Como politico uma só qualidade lhe conheço: a ronha. Como homem, o dengosismo das suas maneiras valeu-lhe um lugar de eleição n'este paiz de gente malcreada, insuportavel. D. Miguel Unamuno, reitor da Universidade de Salamanca, havendo travado, em Coimbra, relações com o actual presidente de conselho, dizia d'ele com muita graça — «que era um profissional da delicadeza.»

Pois foi este caricato profissional da delicadeza quem, ao cabo de longas *démarches*, alcançou uma solução provisoria para a crise republicana a que estamos assistindo. E esse ministerio, constituído, na sua maior parte, por representantes do partido democratico e por certos cavalheiros cujas afinidades com ele são publicamente conhecidas, não é intellectualmente superior áquele que veiu substituir, nem pode, pla propria origem da sua formação, resolver as questões de imoralidade levantadas no consulado afonsista.

16 de Fevereiro

Sr. Redactor: — Acabo de ler no seu jornal um artigo intitulado «A Ballada da Morte». Não me sobeja o tempo, nem a minha sensibilidade suporta descaminhos, para quotidianamente me enredar na leitura

dos periodicos portuguezes. N'este caso, porem, sofri a suggestão do titulo e tive desejo de saber a que proposito se escreviam, ao alto d'um artigo de fundo, estas palavras interessantes «A Ballada da Morte». E vi que era intenção do jornalista fulminar, com desdem e sem piedade, fulminar todos aqueles que, em termos de mórbida anciedade, comentam a marcha dos negocios publicos, cerrando os olhos segundo ele insinúa á manifesta prosperidade do paiz, aos beneficios do regimen, á riqueza material e moral armazenada e ganha n'estes três annos de governança republicana. Segundo a opinião do articulista nós galgámos, graças á queda da realza, toda a enorme distancia que nos separava da civilisação.

Sr. Redactor: Eu julgo conhecer sufficientemente os *bas-fonds* (traduza *baixeças*, se quizer) do jornalismo, para não guardar illusões ácerca do que seja a missão civilisadora da imprensa.

A vacuidade, o torpe mercantilismo dos grandes jornaes, horrorizou-me sempre; e sempre me enojou a solercia, a indignidade e a estupidez das gazetas partidarias. Baldadamente desejaríamos vêr aqueles restringirem-se decentemente no seu papel de portadores de novas e honestarem o seu parasitarismo vulgarizando noções, interessando o publico na vida scientifica do tempo e rasgando-lhe horizontes de beleza. Quanto ás gazetas partidarias, as que se arrogam o encargo de orientar o povo na marcha politica, d'essas direi que ou são verrineiras e infectas ou dogmaticamente conselheiraes como a sua; não aduzem argumentos, vomitam insolencias; não controvertem ideias, produzem sandices ou larachas.

Ha, todavia, nas sandices e larachas de que é feito o artigo a que me reporto agora, tanto cynismo, tanta e tão consternante má fé que eu francamente lhe declaro, sr. redactor, toda a minha magua por não conhecer o nome do escriba, por não poder arrastá-lo (metafóricamente é claro) d'um cabo ao outro de Portugal. V. Ex.^a não foi, decerto; V. Ex.^a mandou, deu o risco; e o pobre diabo, talvez o sr. Mayer Garção, limitou-se a escrever, mui correctamente, o que V. Ex.^a incorrectamente

lhe ensinára. Mas é exactamente a maneira correcta, clara, do discurso que me irrita e me leva a supor que o autor do artigo é, pelo menos, tão ignorante e cynico como V. Ex.^a.

Por que só um repelente cynismo levaria alguém, n'esta hora dolorosa, a falar na prosperidade do paiz. E decerto V. Ex.^a não terá o descaramento de negar-me que o nosso imperio colonial estará dentro em breve nas mãos do estrangeiro, que as industrias não prosperam e que a agricultura agonisa.

Quanto á afirmação de que a ruina do trono nos fez galgar para a vanguarda da civilisação europeia, eu desejaria apenas que V. Ex.^a ou o seu escriba me respondessem a estas perguntas simples :

- Que entendem os senhores por civilisação europeia ?
- Que me dizem do movimento das ideias modernas no ponto de vista filosofico e politico ?
- Mas sabem ao menos porque motivo se declaram republicanos ?

19 de Fevereiro

A egualdade republicana não perde ensejo de divertir-se com as pessoas de bem : assim como se amarrou ao mesmo pôtro de ignominia criminosos comuns e condemnados politicos, assim agora o gesto forçado do governo lança prá liberdade aqueles que n'uma hora triste se bateram por uma ideia e os que, rendidos ao salário dos mandantes, se entretiveram a vexar, a insultar e a espancar prisioneiros indefezos.

Este é o primeiro comentario á proposta de lei que ora se discute e que, julgo, raras modificações sofrerá. A amnistia não é completa ; dir-se-hia que é tão restricta quanto poderia imaginar-se, depois do comicio de Londres, das manifestações da imprensa estrangeira, e, se é verdade o que me dizem, das pressões exercidas pela diplomacia germanica. Dada assim, á maneira d'um gatuno que, descoberto na fuga, larga a prêsa devagarinho, d'olhos áperta, mui atento ao primeiro descuido de quem o força a despojar-se, espreitando sempre um momento azado pra safar-se

ao cumprimento d'esse trabalho inesperado, — dada d'esta maneira, a amnistia representa mais um enorme passo a caminho do abysmo onde a Republica ha-de sepultar-se, onde ella tem, fatalmente, de afundar-se, antes que a ingénita gangrena do seu côrpo se enxerte no corpo da Nação.

Mas ha, todavia, uns podengos do regimen que ousam amostrar-nos esta tardia médua do governo como um largo gesto de generosidade a que os monarchicos deverão render-se, eternamente gratos, eternamente submissos.

Se isso lhes dá prazer... Acho, porém, estupidez de mais ou es-
perteza demasiado saloia. Uma amnistia concedida ao cabo de dois
annos, após tormentos e violencias inenarraveis, a ponto de contra tal
estado de coisas se alevantarem os protestos do paiz e da estranja, não
me parece deva ser recebida como um acto de bondade. Por outro lado,
ninguem pôde aventar que ela produza provas bastantes para convence-
rem um monarchico das excelencias ou da superioridade teórica do re-
gimen republicano. Lembrarei inclusivamente um caso que não deve
estar esquecido de todo: — em certa noite de janeiro de 1908 foram
presos, no elevador da Biblioteca, varios sujeitos armados de pistolas e
desprovidos de barbas, ao mesmo tempo que em outros pontos de Lis-
boa se desenhavam esboços d'uma revolta anti-dynastica. Três dias de-
pois, n'uma tarde melancólica de fevereiro, o Rei D. Carlos e Sua Alteza
Real o Principe D. Luiz Filipe eram assassinados no Terreiro do Paço,
na propria presença da Senhora Rainha D. Amélia e de Seu Filho, mi-
lagrosamente salvo á catastrophe.

Ninguem poderia duvidar da manifesta correlação d'estes dois fa-
ctos historicos: — o regicidio era o desforço, a *révanche* contra o ma-
logro do tentame revolucionario. Po's bem! Poucas semanas foram pas-
sadas, ainda a Rainha-Mãe, Senhora D. Maria Pia, vagava loucamente
plos corredores da moradia real, interpellando e abraçando os Espectros,
a sombra viva dos Mortos, — e já o Senhor Rei D. Manoel II forçava o
seu braço, ferido n'aquela mesma tarde melancolica de fevereiro, a assi-
nar uma amnistia para os presos de 28 de janeiro.

Este acto do Rei não podia decerto, valer como um argumento no cérebro dos republicanos ; mas, inegavelmente, foi feito de muita bondade.

Mas a amnistia concedida agora pela Republica, não podendo, do mesmo modo, dobrar um convicto, não belisca, sequer, a sensibilidade mais disposta á gratidão.

Ora se a amnistia não pôde comover-nos nem convencer-nos, se ela não constitue um argumento e se não consegue, por exemplo, dar vida á Senhora Condessa de Mangualde, — atrevo-me a perguntar porque motivo havemos nós, monarquicos, de corrigir a nossa attitude em face d'um estado de coisas que ameaça sériamente o futuro da Nação ?

Certo, não me cabe a mim mas tão sómente áqueles que a Republica manteve entre as suas mandibulas ferozes, o responderem de ciencia certa aos que falam na generosidade do governo.

Julgo, porém, que os maus tratos padecidos e o tempo de meditação a que os obrigaram, seriam bastantes para lhes dosearem o entusiasmo e a prudencia, de modo a fazerem agora um uso mais discreto e mais sábio d'esse dom supremo e inapreciavel que é a liberdade. A experiencia, se, por um lado, desfalca em inéditismo os prazeres do espirito e do corpo, dá-lhes por outro lado muito mais consistencia e proveito. No amor como na lucta, a ardencia da mocidade quebra se, exgota-se toda no primeiro arranco ; os anos trazem o calculo, a ciencia dos momentos precisos, e ensina-nos a caminhar para a vitoria com o passinho meudinho e grave de quem vae apenas... para o Terreiro do Paço. Convençam-se todos de que a Monarquia é uma senhora decente ; e do mesmo modo que nenhum homem de brio traz a honra d'uma mulher pelos cafés, do mesmo modo me parece asneira e desacerto concertar conspirações na «Brazileira».

Quando á redacção do «Figaro» chegou a noticia de que abortára mais uma vez certo atentado contra a vida de Napoleão III, Edmond About, limitou-se a comentar a noticia com estas simples palavras : — o punhal é a arma de precisão por excelencia...»

Hontem, desoito do corrente, como os afazeres não urgissem e fosse mistér dar aos meus nervos um forte banho de beleza, abalei em amigavel sociedade até Cintra, a mais linda terra de Portugal depois de Coimbra, a doutora e perfumada. Chegados lá, mal sacudida a poeira dos sapatos, ahi vamos, nós em devota romagem ao velho Paço dos Reis, onde toda a historia se vive d'um povo que foi glorioso e nobre.

Eu não sei de portuguez, filho legitimo de mulhér portugueza, que ao transpôr aquelas portas antigas não sinta dentro de si a tristeza religiosa de quem entra n'um templo sem imagens.

A historia de Portugal lê-se ali, em cada pedra que os nossos Reis pisaram, antes de concertarem o caminho da gloria, o socego do Povo e a riqueza da Nação.

Dorme nos mosaicos a colera de El-Rei o sr. D. Afonso VI, e os lamentos da Rainha D. Maria Pia calaram-se d'uma vez para sempre na terra afastada de Italia.

O sr. Rei D. Afonso V que tanto fez pola grei, ali nasceu e morreu; herdou-lhe D. Sebastião o cavalheirismo impetuoso e a luz da razão bastante para vêr que, a India ficando-nos tão longe, o futuro da Patria devera de ter-se mais pertinho; e lá está o varandim moirisco onde se concertou a jornada brilhante da Perdição, jornada de não tornar para El-Rei e prá luzida, brava côrte que o seguia.

— Mas perguntar-me ha o leitor se eu não trouxe do velho Paço de Cintra impressões de mais fresca novidade.

Certamente: — impressionou-me o disvélo com que ja Republica o traz cuidado. Anda-se por lá com muito prazer e sem revoltas. E ao vê-lo tão arrumado, tão varridinho, ao constatar-se todo aquele aceio e mesmo aquela apressada e perturbante confusão de estylos, sente-se a impressão de quem anda examinando uma casa para alugar.

Positivamente, leitor, a Republica muda-se...

Automoveis Sizaire et Naudin

(INDUSTRIA FRANCEZA)

Um torpedo completamente equipado..... 1.6858

Ressano & C.^a

RUA RODRIGUES DA FONSECA, 34 E 36

✻ LISBOA ✻



VAGO

VAGO

VAGO

Expediente:

O proximo número sairá a 1 de Março e os seguintes nos dias 1 e 15 de cada mez.

Dirigir os pedidos de assinaturas e mais correspondencia ao autor para a

Rua da Sociedade Farmaceutica — 15., 2.º